

Testemunhas de um declínio ou artífices de uma renovação? Autoritarismos globais ultratemporâneos em debate

Resenha da obra:

SNYDER, Timothy. Na contramão da liberdade. A guinada autoritária nas democracias contemporâneas. São Paulo: Companhia das Letras, Tradução de Berilo Vargas, 2019.

Chrystian Wilson Pereira

Doutorando em História na Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC).
Florianópolis, SC - BRASIL

lattes.cnpq.br/6689814340352209

chrystianwilsonpereira@gmail.com

 orcid.org/0000-0002-9139-4302

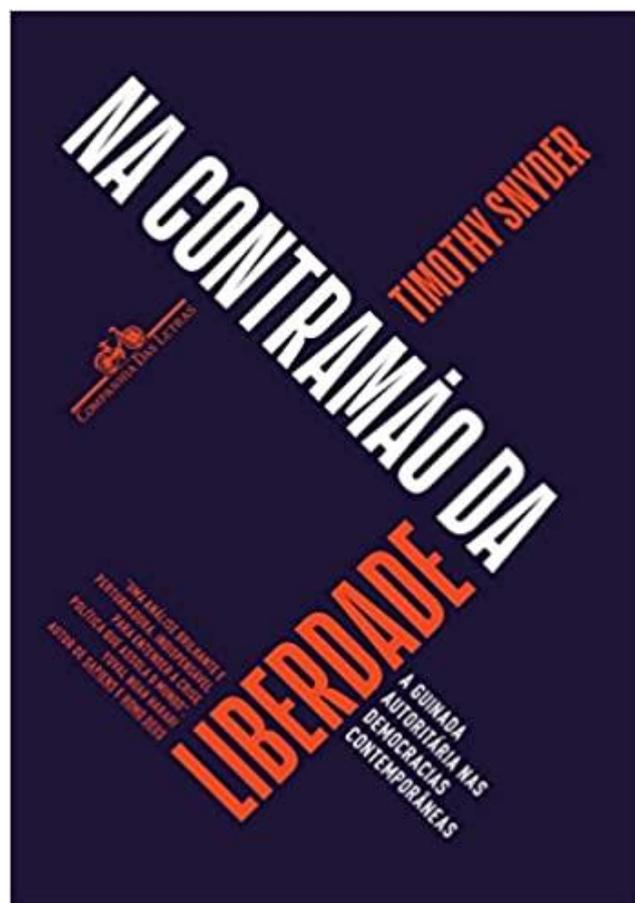
Para citar esta resenha:

SNYDER, Timothy. Na contramão da liberdade. A guinada autoritária nas democracias contemporâneas. São Paulo: Companhia das Letras, Tradução de Berilo Vargas, 2019. Resenha de: PEREIRA, Chrystian Wilson. Testemunhas de um declínio ou artífices de uma renovação? Autoritarismos globais ultratemporâneos em debate. *Revista Tempo e Argumento*, Florianópolis, v. 12, n. 31, e0501. set./dez. 2020.

 <http://dx.doi.org/10.5965/2175180312312020e0501>

Recebido: 05/10/2020

Aprovado: 05/12/2020



Resenha da obra:

SNYDER, Timothy. **Na contramão da liberdade**. A guinada autoritária nas democracias contemporâneas. São Paulo: Companhia das Letras, Tradução de Berilo Vargas, 2019.

Seríamos testemunhas de um declínio que, em boa parte, não previmos. Desacreditadas por muitos de seus cidadãos, as democracias contemporâneas teriam se enfraquecido nos anos 2010, assombradas pelo aumento das desigualdades econômicas, que teriam contribuído para encolher os

horizontes da maior parte das pessoas e, assim, distanciar possibilidades de avanço social. Nossa era veria ser disseminado um pensamento neototalitário que abdica do debate lúcido de ideias, alimentando-se tanto de mecanismos já utilizados nos clássicos regimes fascistas dos anos 1920-1940 (como a constituição de um inimigo-abjeto) quanto de novíssimas engenharias de manipulação informacional e usos da inteligência cibernética. Esse é um dos pontos cruciais da tese construída pelo historiador estadunidense Timothy Snyder¹ em seu livro “Na contramão da liberdade: a guinada autoritária nas democracias contemporâneas” (2019), publicado pela Companhia das Letras.

Snyder nos provoca a pensar em autoritarismos que, a despeito de suas particularidades, apresentam uma linha comum: estes normalizariam a existência de oligarquias, desagregariam a noção de facticidade em espetáculos

¹ Timothy Snyder é um historiador estadunidense e atualmente professor catedrático na Universidade de Yale. É especialista em história da Europa Central e Oriental. Autor, entre outras obras, de “Sobre a tirania: vinte lições do século XX para o presente” (2017) e “Terra negra: Holocausto como história e advertência” (2015), ambos também publicados pela Companhia das Letras.

produzidos por ficções ilusórias, e produziriam uma lógica de guerra interna contra inimigos fabricados, nutrindo-se de sentimentos de aversão e intolerância. Quando um futuro melhor para aqueles que não pertencem a um círculo restrito de oligarquias não parece mais como uma alternativa viável a curto ou médio prazos, essas formas de autoritarismo colocariam o tempo em um “círculo que traz de volta, de forma incessante e infinita, as mesmas ameaças do passado” (p. 11), no mesmo momento em que desmonta conquistas históricas de suas sociedades, como políticas de bem-estar social. É dessa forma que os regimes neoautoritários estimulariam, assim, um encolhimento dos horizontes de futuro de seus cidadãos, perpetuando-se em um presente dilatado, sem perspectivas palpáveis ou diagnósticos sérios – criando o que Snyder conceitua como “política da eternidade”.

Em uma narrativa que preza por detalhismo e fluidez, Snyder produz uma “historiografia ultracontemporânea” de dimensões globais – ainda que se fixe em analisar fenômenos de nações do Hemisfério Norte. Cada um de seus capítulos se dedica a um ano específico (de 2011 a 2016), marcando um conjunto de acontecimentos que constrói a “guinada autoritária” do período. Timothy Snyder demonstra, com vasta documentação² – que inclui discursos de lideranças políticas, cobertura televisiva de diversos países e documentações do ciberativismo –, como essa “guinada autoritária” se desenvolveu, sobretudo, após a crise econômica que devastou boa parte da riqueza do mundo em 2008. Logo na introdução, Snyder alerta sobre suas percepções acerca das “irresponsabilidades do século XXI”. A última década seria marcada pelo recrudescimento do autoritarismo russo sob a liderança de Vladimir Putin, o enfraquecimento da União Europeia, o aumento global da força das extremas direitas ultranacionalistas, a desconstrução dos mecanismos da democracia estadunidense e, ainda, a invasão da Ucrânia pela Rússia – no momento em que esta negociava uma entrada no bloco europeu.

² O autor utiliza uma série de fontes documentais em seu estudo, em línguas como russo, ucraniano, inglês, alemão e francês. Snyder vale-se de coberturas televisivas, narrativas digitais, arquivos de partidos políticos e de diferentes órgãos de imprensa, documentos produzidos por diferentes esferas governamentais, obras de intelectuais e discursos de lideranças, entre outras.

O primeiro capítulo, “Individualismo ou totalitarismo (2011)”, dedica-se a demonstrar o “renascimento” das ideias do filósofo fascista Ivan Ilin (1883-1954) na Rússia, o qual Snyder considera uma espécie de “guia intelectual” para os oligarcas russos e seu chefe, Vladimir Putin. Em tempos ainda soviéticos, Ilin idealizou um “corpo russo virginal”, quase santificado, que estaria sempre à mercê de ameaças de um Ocidente decadente. O fascista russo antibolchevique concebia a democracia como uma falácia; um princípio negativo de individualização e atomização. Por outro lado, Ilin idealizava um “redentor” – um líder ditatorial que apertaria laços sagrados com a sua população e protegeria a “inocência” da nação russa. Justamente quando, segundo o autor, a Rússia se tornara uma “cleptocracia” nos anos 2010, com uma desigualdade econômica assombrosa e injustificável em termos factuais, o fascista cristão seria apropriado pelas elites russas. O objetivo seria, conclui Snyder, insistir no mito de uma Rússia imaculada, ameaçada pela Europa e pelos Estados Unidos da América. De acordo com o historiador, nada mais eficaz para escamotear possibilidades reais de mudança social ou alternativas, apresentando “ladrões como redentores”.

O segundo capítulo, “Sucessão ou fracasso” (2012), demonstra como Vladimir Putin apresentou-se justamente como um redentor, como a única alternativa para a Rússia, obstinado a atacar as virtudes do Estado de Direito. É importante ressaltar que Snyder concebe como um dos mecanismos fundamentais das democracias o que chama de “princípio de sucessão”. O autor lembra que a União Soviética carecia de um princípio legítimo de sucessão desde o seu surgimento: os bolcheviques acreditavam estar iniciando uma revolução global, e não “criando um Estado” (p. 47). Em termos de análise política, a garantia de uma sucessão é fundamental para a legitimidade do exercício da política. O problema, no entanto, é que, em tempos de neautoritarismos, essa legitimidade não é dada pelos princípios das democracias representativas (eleições livres, possibilidade de alternativas, primado da lei, imprensa livre, acesso ao contraditório), mas sim por irracionalidades como a ideia de “redenção nacional” e uma suposta guerra contra os “inimigos dos russos”.

Os burocratas da antiga União Soviética reivindicavam sua legitimidade, mostra Snyder, não em princípios da lei ou de sucessão eleitoral, mas na glória da revolução comunista e sua promessa de futuro. No entanto, a partir do momento em que o futuro não se mostrou tão glorioso, o mito do passado teria substituído a glória do futuro: o passado oficial glorioso passou a ser a vitória russa contra o nazismo na “Grande Guerra Patriótica”. Esse passado se apresentaria como o eterno retorno de um Ocidente tentando destruir a Rússia e seus aliados, tal como nos tempos da Segunda Guerra Mundial. Analisa Snyder que a oligarquia governante da Rússia nos anos 2010 fora educada dentro dos moldes desse culto do passado. O governo de Putin chegou a proibir, por lei, que qualquer cidadão insinuasse que a União Soviética invadira territórios (como o da Polônia) entre 1939 e 1941.

Eleições presidenciais e legislativas livres e limpas, para o autor, não tiveram sucesso na Rússia; nesse país, não teria acontecido um “primado da lei” após a queda soviética e dos regimes comunistas, e sim uma busca desenfreada por privatizações. Isso acabou por gerar e fortalecer uma pequena classe de endinheirados que governaria e dominaria o país. O que faz Snyder é identificar os traços de fortes culturas políticas autoritárias russas, que se reatualizam tanto nas ideias de um fascismo cristão de Ilin quanto em ideias do comunismo soviético, oferecendo uma ficcionalização que justifica ações personalistas, ultranacionalistas e tirânicas. Por isso, não é contraditório para a Rússia de Putin mesclar elementos político-temporais: veríamos o regime autoritário russo se nutrir de um fascismo de inspirações cristãs ortodoxas ao mesmo tempo em que a sociedade se nutriria de uma nostalgia por certos aspectos do bolchevismo (como atestaria a enorme popularidade de Stalin).

O terceiro capítulo, “Integração ou império (2013)” estuda as relações conturbadas entre a Rússia e a existência da União Europeia. Quando Putin trabalhou para desmobilizar a ideia de uma Rússia integrada à Europa em 2012, isso significava, para Snyder, ignorar incentivos externos que favoreciam “o primado da lei”. Teria sido com esses princípios que o governo russo abafou violentamente as vozes de manifestantes daquele ano que denunciavam as fraudes das eleições nacionais, quando, entre outras estratégias, dezenas de

milhões de “eleitores cibernéticos foram acrescentados ao pleito” (p. 61). Snyder mostra que elites russas apoiaram e financiaram pensadores e partidos de extrema direita que preservam ideias nazistas, idealizam a “pureza nacional” e condenam a integração europeia. Mesmo a campanha pela retirada britânica da União Europeia (o Brexit) teria contado com a atuação de *trolls* russos na internet. Em 2013, os princípios de uma Eurásia que se contrapusesse ao poder europeu começariam a guiar a política externa russa, e teriam um alvo central: a Ucrânia.

No quarto capítulo, “Novidade ou eternidade (2014)”, o livro analisa as intervenções da Rússia no território ucraniano. Snyder lembra que nenhum outro território “atraiu tanta atenção colonial na Europa como a Ucrânia”, país que esteve no centro dos dois grandes projetos neoimperiais europeus: “o soviético e o nazista” (p. 145). Depois de 22 anos da independência da União Soviética, muitos ucranianos viam uma próxima adesão à União Europeia como forma de aprofundar a democracia e objetivar uma distribuição mais igualitária de riqueza. Manifestantes ucranianos pró-Europa foram brutalmente reprimidos quando pediam por “mais futuro”. O discurso russo, quando a invasão da península da Crimeia se efetivou, era de que estavam promovendo a “defesa espiritual dos ucranianos contra um ataque ocidental permanente” (p. 175). Nessa discussão, a mensagem de Snyder nos parece muito clara: a invasão da Ucrânia é paradigmática para a emergência da ação neofascista – ao obstruir um possível futuro dentro da integração europeia, visava impedir o pensamento de que outros modelos de sociedade são possíveis e imagináveis.

No quinto capítulo, “Verdade ou mentiras” (2015), a narrativa de Snyder se desloca para a discussão sobre a factualidade. O autor começa lembrando que a campanha na Ucrânia foi marcada por uma cobertura televisiva que negava o óbvio – na autoimagem criada pelos russos, estes não estariam invadindo o território ucraniano; e os invasores chegaram a ser chamados de “voluntários” pela grande mídia russa. Hackers atacaram empresas ucranianas e desligaram a transmissão da rede elétrica nacional. Uma guerra de informações poderia destinar-se a debilitar a União Europeia e os Estados Unidos da América. Relatos falsos propagados pela inteligência russa foram utilizados com o objetivo de

confundir a opinião pública: como aqueles que forjavam imagens de atrocidades cometidas por ucranianos na Crimeia.

Ao leitor atento, poderá parecer que Timothy Snyder escreve um texto que supervaloriza a atuação da Federação Russa e de Putin. Ainda que sua análise possa ser acusada de russófona, suas teses constituem contribuições fundamentais para dimensionar não apenas os neautoritarismos, mas o próprio lugar da Rússia pós-soviética nas relações geopolíticas. No sexto capítulo, “Igualdade ou oligarquia”, Snyder afirma que, em 2016, os russos produziram sua campanha mais grandiosa: uma ciberguerra para arrasar os Estados Unidos da América. Donald Trump, então candidato à presidência norte-americana, é descrito como uma fantasia nascida no contexto de um capitalismo desregulado, destinado a intensificar a debilidade da democracia estadunidense. Para Snyder, o personagem fictício venceu, graças a votos “destinados a protestar contra o sistema e a eleitores que acreditavam em fantasias paranoicas que simplesmente não eram verdadeiras” (p. 275)

Mas o autor explana a ideia de que a exposição à “propaganda russa” não aconteceria de forma aleatória, mas de acordo com suas próprias “susceptibilidades”, levando-os a “sentir uma indignação mais intensa sobre o que já temem ou odeiam” (p. 276-277). Ou seja: a inteligência russa teria explorado ódios, fobias, preconceitos, sentimentos historicamente latentes na violenta sociedade estadunidense. Exponentes da inteligência russa, por exemplo, se apropriaram de estratégias já utilizadas pelos republicanos nos Estados Unidos da América dos anos 1980: dizer a uma parte da população (especialmente brancos sulistas) que sua identidade corria perigo diante de afro-americanos, muçulmanos, latinos, imigrantes de todo o mundo. Em 2016, um *show* de horrores teria dominado as eleições presidenciais norte-americanas, enfraquecendo não apenas a candidatura dos Democratas, mas o próprio ambiente democrático de debates: sites falsos de rappers se referiam aos Clinton como assassinos em série; notícias *fake* apontavam Barack Obama como um estrangeiro africano; mensagens em massa tentavam desincentivar negros e latino-americanos a votarem; operações de hackeamento descobriram e

divulgaram e-mails de lideranças de oposição aos republicanos; ou até mesmo ameaças de morte a democratas teriam sido orquestradas por hackers russos.

Uma das teses exploradas por Snyder é de que democracia norte-americana já se encontrava debilitada no ano da eleição de Trump. Para Snyder, a candidatura republicana daquele ano, com apoio russo, aproveitou-se dessa debilidade. No início da década, decisões da Suprema Corte desregulamentaram as contribuições de campanha, aumentando a influência dos ricos e minimizando a importância dos eleitores na democracia norte-americana. A última parte do livro, mais precisamente o final do sexto capítulo, talvez uma das mais intensas das longas páginas escritas por Snyder, comprova explicitamente a relação entre o aumento abissal da desigualdade econômica dos Estados Unidos da América e a ascensão do autoritarismo. O autor não poupa críticas a fenômenos que, desde os anos 1980, aumentaram o abismo entre ricos e pobres estadunidenses e evidenciaram as falhas do mito do capitalismo-total: a falta de um sistema de Bem-Estar social, a deterioração da qualidade de vida e das expectativas de melhoria social em gerações recentes, as aberrações de uma pirâmide tributária invertida, altos índices de suicídio, desigualdades raciais explícitas, altos custos educacionais, encarceramento em massa de setores marginalizados da sociedade – um conjunto de dados que evidenciam, afinal, que o padrão de desigualdade norte-americana se aproximara, e muito, do russo, tornando cada vez mais difíceis expectativas de futuro ou progresso social.

É neste ambiente que se alastra a “política da eternidade”, muito semelhante ao que já fizera a “cleptocracia” de Putin em casa. Snyder lembra, afinal, que “quando a vida é curta, e o futuro problemático, a política da eternidade ganha apelo” (p. 322-323). Esvaziada de significado, perdendo seu trabalho como gestão de alternativas factíveis, a política nos Estados Unidos foi racializada, convertendo cidadãos comuns em adversários. Afirma Snyder que, no referido país, cidadãos brancos trocaram “sua possibilidade de futuro melhor pela visão de uma brava defesa de sua inocência” (p. 335).

A densa obra de Timothy Snyder vem em bora hora. Fortalece-se por uma escrita que demonstra sua análise com fôlego acadêmico e alerta politicamente sobre os perigos envoltos na contemporaneidade. O autor estadunidense observa

todo um corpo simbólico que arregimenta os autoritarismos atuais, ao que narra como manifestações de uma "política da eternidade" – arredia à sucessão, à pluralidade, à igualdade, à factualidade, ao intelectualismo, à integração, à mudança. Sua obra leva a pensar na envergadura das Humanidades em sua função fundamental de produzir estranhamentos – em especial diante daquilo que nos parece tão contemporâneo. Em um momento no qual perigosos negacionismos se somam à banalização de violências e genocídios, a alternativa epistemológica e política, para Snyder, é “reconquistar o presente para o tempo histórico” (p. 13). Sua publicação, no fim de contas, é uma ode à potência da História – a qual, com sua investigação sempre desconfiada e atenta ao campo de nossas escolhas e responsabilidades, pode muito contribuir para o florescer de renovações democráticas.